

VIII Legislatura
III Sessão Legislativa
Horta, 21 de Novembro de 2006
Debate sobre Orçamento e Plano para 2007

INTERVENÇÃO da Deputada Ana Isabel Moniz sobre Política de Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Promoção do Investimento e da Coesão, Transportes Marítimos e Aéreos e Energia

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:

As políticas sectoriais de Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Promoção do Investimento e da Coesão, Transportes Marítimos e Aéreos e Energia que o Governo Regional pretende prosseguir, de acordo com a Proposta de Plano Regional Anual para 2007, em apreciação nesta reunião plenária, pretendem dar continuidade à concretização dos objectivos estruturantes definidos oportunamente nas Orientações de Médio Prazo para o período 2005-2008.

Começa-se por fazer uma análise à evolução recente de alguns indicadores, para depois prosseguir com a referência às medidas mais significativas que estão a ser implementadas pelo executivo nestes domínios, de modo a fornecer um enquadramento geral para a programação material e financeira vertida na presente Proposta de Plano para 2007.

O turismo tem sido uma das actividades económicas a registar maior crescimento nos Açores durante o período de governação da responsabilidade do Partido Socialista. Merece, por isso, particular destaque no contexto de apreciação das políticas sectoriais públicas inseridas no vector “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, acima de tudo pelo facto de se tratar de um sector cuja transversalidade produz efeitos significativos de interdependência com outras áreas-chave da economia.

Efectivamente, se analisarmos o comportamento do sector nos últimos dez anos, tendo em conta o ritmo de crescimento das chegadas de turistas internacionais e das receitas, bem como o comportamento desses indicadores na Europa e no país, constata-se que a evolução operada na Região foi muito favorável, contrariando muitas vezes o que se verificou a nível mundial e também nacional, passando ao lado de crises decorrentes de ataques terroristas, conflitos múltiplos e epidemias, que se consubstanciaram em ameaças graves para numerosos destinos turísticos.

Em dez anos, graças a um forte impulso de investimento privado, em boa parte associado à criação de sistemas de incentivos mais aliciantes, esta foi a Região do país a apresentar maiores crescimentos, quer quanto ao número de dormidas e capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, quer quanto às respectivas receitas. As taxas médias de ocupação-cama, que há uma década atrás andavam à volta dos 30%, estão actualmente próximas dos 40%. O emprego na hotelaria já atinge os 2.000 postos de trabalho.

O turismo no espaço rural é de afirmação ainda mais recente, tendo-se assistido à duplicação da oferta de alojamento na Região, que já ultrapassa as 500 camas, apenas nos últimos três anos.

É certo que a análise ano a ano pode revelar oscilações e até uma certa instabilidade no que toca ao comportamento de alguns indicadores, mas também é certo que a procura turística está sujeita a variações, que podem até ser muito bruscas, dada a particular sensibilidade à ocorrência de diversos fenómenos, enquanto a oferta turística, quer de alojamento, quer de outros equipamentos e serviços, só pode ser alterada por degraus ou patamares de capacidade, não sendo por isso possível fazer um ajustamento perfeito e constante a essas flutuações. Por isso, a monitorização dos indicadores de conjuntura é fundamental para efectuar o acompanhamento e para induzir a acção, tanto em termos preventivos como correctivos, mas não deve levar a afirmações peremptórias sobre o estado do sector.

Focando a atenção nos dados relativos a 2005, constata-se que os Açores foram a região do país que evidenciou melhor desempenho em termos da evolução do número de dormidas na hotelaria tradicional, com um aumento de 17,8% relativamente ao ano anterior, perante o crescimento moderado da procura turística a nível nacional, que se ficou pelos 4,1%. Por ilhas, apresentaram maiores crescimentos homólogos acumulados S. Miguel (25,6%), Santa Maria (21,1%) e Faial (9%). Este aumento da procura turística ficou a dever-se exclusivamente ao mercado externo, que cresceu 37,5%, uma vez que o mercado interno recuou 1,5%. Fazendo um diagnóstico por países de residência, constata-se que o mercado nórdico continuou a marcar uma posição de destaque, concentrando 62,1% do total das dormidas dos não residentes em Portugal, o que reflecte uma variação homóloga positiva de 47,9%.

No que toca às receitas dos estabelecimentos hoteleiros, e apesar de terem entrado em funcionamento 1.000 novas camas em hotéis, os proveitos totais registaram um crescimento de 16% (a preços correntes) e os proveitos de aposento, de 17,1% (igualmente a preços correntes), sendo

de salientar que os maiores aumentos ocorreram em meses como Janeiro, Março, Junho e Outubro.

Outro indicador que tem revelado um comportamento positivo no contexto nacional é a estada média, que tem sido uma das mais elevadas do país, sendo ultrapassada apenas pela do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

Importa sublinhar que os resultados verificados em 2005 ultrapassaram largamente os objectivos estabelecidos no âmbito do Plano de Promoção Turística Regional, apresentado pela Associação de Turismo dos Açores e aprovado junto do Turismo de Portugal, em concertação com o Plano Estratégico para o Turismo Nacional.

Analisando os dados disponíveis para o corrente ano, verifica-se que, entre Janeiro e Setembro de 2006, o total de dormidas nas unidades hoteleiras açorianas apresentou uma variação positiva de 3,5%, face ao período homólogo do ano anterior. A taxa média de ocupação-cama neste período foi de 42,9%. Por ilhas, registaram-se maiores acréscimos homólogos acumulados no Faial (+15,1%), Pico (+12,7%) e Graciosa (+8,7%), enquanto a ilha de São Miguel apresentou uma variação positiva de 3,6% e a ilha Terceira um decréscimo de 4,5%.

Nestes nove meses, os proveitos nos estabelecimentos hoteleiros apresentaram uma variação homóloga acumulada de +5,2%, enquanto para os proveitos de aposento o crescimento foi de 4,4%.

Refira-se, a título de curiosidade, que o aumento da procura em Agosto foi de 5,8%, mês em que se registou um valor recorde de 187,6 mil dormidas na hotelaria da Região.

Entre as acções de maior relevo encetadas em 2006, no âmbito da política de turismo, são de destacar o lançamento da campanha multimédia “Açores, Natureza Intacta”, a participação em feiras nacionais e internacionais multiproduto e MICE e o lançamento de novos materiais promocionais genéricos e temáticos, para além da conclusão do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, que em breve será submetido à apreciação desta Assembleia e da assinatura de um contrato-programa, com a Associação Regional de Turismo, no valor de 700 mil euros, para a execução do Plano Estratégico de Animação Turística para a ilha Terceira, referente a 2006 e 2007.

A todo este esforço de investimento público na promoção turística da Região acresce ainda a aprovação de candidaturas dos privados aos sistemas de incentivos à promoção turística, que estão a contribuir

inegavelmente para o aumento da notoriedade do destino Açores no exterior.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:

Este é, sem dúvida, o resultado da implementação de uma política de turismo eficaz, mas também de um trabalho intenso de articulação com arrojadas medidas no domínio da redução dos tarifários e aumento da frequência e regularidade das viagens, a par dos esforços de abertura de novas *gateways* e de melhoria das aerogares, que têm contribuído significativamente para a melhoria das acessibilidades e para o aumento do tráfego aéreo na Região.

Enquanto em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1.167 mil, em 2005 passou para 1.762 mil, ou seja, registou-se um aumento de 51% em nove anos, a que corresponde uma taxa de crescimento médio anual de 5,7%. Recorde-se que, entre 1992 e 1996, se viveu um período de quase estagnação, registando-se taxas de crescimento médio anual de 0,8%.

Já nos primeiros nove meses de 2006, o movimento de passageiros efectuado nos aeroportos dos Açores cresceu 4,3%, em relação a período homólogo do ano anterior.

A criação de novas ligações aéreas directas aos principais mercados emissores tem permitido reduzir a dependência do turismo interno: enquanto, em 1996, cerca de 71% das dormidas eram de residentes em Portugal, em 2005 esse valor situou-se na ordem dos 42%. Graças ao dinamismo da SATA Internacional, que tem efectuado voos regulares para novos destinos, a Alemanha duplicou a sua procura pelos Açores nos últimos quatro anos, assim como foi possível iniciar a operação com a Holanda este ano e reforçar as ligações para o Reino Unido. Estamos, deste modo, relativamente menos dependentes de operadores externos e de fluxos turísticos provenientes do mercado sueco e norueguês.

Outra medida importante para o desenvolvimento do turismo tem sido o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas: assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros – que se concentrava essencialmente entre o Faial e o Pico – andava à volta dos 280 mil passageiros, passados dez anos esse valor duplicou. O reconhecimento do valor desta operação de transporte, a preços muito vantajosos, tanto para os Açorianos, como para todos aqueles que nos visitam, levou à decisão de se adquirirem já dois novos navios, que entrarão em funcionamento em 2008 e que virão

melhorar substancialmente as ligações marítimas no arquipélago. Trata-se de uma mais-valia para os Açores, que irá prolongar o sucesso desta inovadora operação, iniciada em 1998.

Paralelamente, estão a ser criadas ou melhoradas diversas infra-estruturas de apoio ao recreio náutico e ao transporte marítimo de passageiros em quase todas as ilhas do arquipélago. É de destacar, neste contexto, o arranque, em Junho deste ano, da obra de construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada, integrado num projecto mais vasto, designado por “Portas do Mar”, que prevê igualmente a construção de uma marina, zona comercial, estacionamento subterrâneo e piscina. Para além de contribuir para aliviar a actual pressão sobre o porto comercial, reordenar as áreas portuárias e reorganizar a sua exploração, este projecto insere-se numa estratégia mais vasta de dinamização do turismo de cruzeiros na Região.

***Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:***

A política governamental de incentivos tem sido responsável pelo grande dinamismo que se tem verificado em termos de investimento privado na Região, não só na área do turismo como também nos sectores do comércio, indústria e serviços.

Na vigência do III Quadro Comunitário de Apoio, e no que toca a sistemas de incentivos nacionais atribuídos no âmbito do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, refira-se que os 68 projectos aprovados ao abrigo do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME) correspondem a um investimento global de 303,8 milhões de euros, sendo 102,2 milhões de euros de incentivos. No caso do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR) – que é exclusivo para o turismo – já foram aprovadas 8 candidaturas para os Açores, correspondendo a um investimento global de 65,8 milhões de euros, sendo 26,6 milhões de euros de incentivos. No que toca ao URBCOM, os 147 projectos aprovados correspondem a um investimento global de 22,3 milhões de euros, sendo 8,8 milhões de euros de incentivos.

Quanto a sistemas de incentivos regionais (SIDER), ao abrigo do Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL) já foram aprovadas 544 candidaturas, a que equivale um investimento global de 62,8 milhões de euros, sendo 29 milhões de euros de incentivos; no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET), foram já

aprovados 125 projectos, ligados sobretudo ao turismo em espaço rural, restauração e actividades marítimo-turísticas, a que corresponde um investimento global de cerca de 30 milhões de euros, sendo 14 milhões de euros de incentivos; relativamente ao Subsistema de Prémios (SIDE), foram aprovadas 69 candidaturas, a que corresponde um investimento global de 284 milhões de euros, sendo 45,3 milhões de euros de incentivos.

A todos estes investimentos ainda acrescem os projectos integrados turísticos PITER, de maior dimensão, em que parte do investimento envolvido já consta de alguns dos sistemas citados.

Estes projectos têm sido responsáveis pela criação de emprego e de riqueza em todos os concelhos do arquipélago, contribuindo igualmente para a fixação das respectivas populações, sendo de realçar que, no caso dos sistemas de incentivos regionais, tem havido uma execução plena das verbas afectas aos respectivos programas desde 1997.

Recorde-se que a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, a constituição da sociedade anónima Ilhas de Valor e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais, são medidas que têm contribuído de forma decisiva para estimular o investimento em novas áreas, para além de procurarem reforçar a coesão territorial do arquipélago.

***Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:***

No Plano para 2007 a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Turismo, Comércio, Indústria e Promoção do Investimento e Coesão está inserida na materialização do objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”.

Começando pelo Turismo, as medidas a implementar encontram-se descritas no Programa 12, a que corresponde um investimento público de 14,55 milhões de euros, ou seja, +29% do que no ano anterior. Assumem particular relevo os valores afectos às campanhas publicitárias, ao parque turístico da Praia da Vitória e ao desenvolvimento dos recursos termais.

Em relação à Indústria as intervenções previstas no Plano para 2007 encontram-se descritas no Programa 13, com um investimento público de cerca de 1,11 milhões de euros, sendo de destacar os apoios à promoção da qualidade e inovação nas empresas e à certificação dos seus produtos.

No que respeita à área do Comércio e Exportação, esta encontra-se consubstanciada no Programa 14, a que corresponde um investimento público de 860.000 euros. A acção que continua a assumir maior peso é a

que se refere ao apoio à promoção de produtos regionais no exterior, com mais de 50% da dotação afectada a este programa.

No Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão prevê-se, por sua vez, um investimento público, para 2007, na ordem dos 38,45 milhões de euros, que será afectado a apoios financeiros ao investimento privado fora do âmbito do sector primário e à promoção de parcerias público-privadas. Neste contexto das novas políticas para acréscimo da produtividade e da competitividade económica, fomento do emprego e da qualificação profissional e reforço da coesão económica e social do arquipélago assumem particular atenção o fomento do empreendedorismo através do Empreende Jovem e da produção de energia a partir de fontes renováveis, ao abrigo do PROENERGIA, bem como a execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário.

A política do Governo Regional em matéria de Transportes Marítimos e Aéreos e Energia entronca-se na materialização do objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes”.

Em matéria de Transportes Marítimos, prevê-se, no Programa 24, um investimento de 30,1 milhões de euros, ou seja, +161% do que no ano anterior. Este programa contempla fundamentalmente os projectos relativos ao tráfego de passageiros inter-ilhas, que sofre um acréscimo substancial devido à afectação de verbas para a construção dos novos navios de passageiros e do terminal marítimo de Ponta Delgada, bem como às infra-estruturas portuárias, que também revela um esforço de investimento acrescido em diversos núcleos de recreio náutico.

Relativamente ao Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, as medidas a implementar apresentam-se no Programa 25, a que corresponde um investimento de 21,8 milhões de euros. Sobressaem neste domínio os investimentos afectos às aerogares da Região.

Quanto à área da Energia, encontra-se previsto no Programa 26 um investimento público na ordem dos 955.000 euros, ou seja, +19,4% do que no ano anterior, merecendo maior realce o apoio destinado à Agência Regional de Energia.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Com esta Proposta de Plano para 2007, o IX Governo Regional dos Açores pretende dar continuidade aos grandes objectivos e políticas definidos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

A boa taxa de execução do Orçamento e Plano para 2006 permite aferir que o executivo vai ser capaz de continuar a cumprir, merecendo o voto de confiança desta Assembleia e de todos os Açorianos que se revêem nas políticas propostas pelo Governo Regional liderado por Carlos César.

Disse!